

Entre o prazer e a Medusa: notas sobre Literatura e ensino

Renata Pimentel¹

Resumo:

Este artigo propõe uma discussão acerca do ensino da literatura, tanto no nível médio quanto superior, seguindo o pensamento de Antônio Candido (1995, p. 242), para quem a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente”. A literatura possui, então, uma função humanizadora que a converte em poderoso instrumento de educação e instrução. Além de Candido, recorreu-se a Eagleton, Barthes, Perrone-Moisés, Todorov, entre outros estudiosos do fenômeno literário. Enfatiza-se uma didática que privilegia o prazer da experiência de leitura literária, colocando-se a obra literária como objeto principal de discussão e abordagem e os saberes teórico-críticos como ferramentas de apoio. Objetiva-se construir prioritariamente o aluno como sujeito-leitor crítico e produtor de textos interpretativos relevantes sobre o literário, focando a avaliação do conteúdo na leitura/escrita/reescrita da experiência de leitura.

Palavras-chave: ensino; literatura; experiência de leitura; avaliação

O SILÊNCIO

Convivência entre o poeta e o leitor, só no silêncio da leitura a sós. A sós, os dois. Isto é, livro e leitor. Este não quer saber de terceiros, não quer que interpretem, que cantem, que dancem um poema. O verdadeiro amador de poemas ama em silêncio...

Mario Quintana - A vaca e o hipogrifo

¹ Professora Adjunta do curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: renatapimentelufrpe@gmail.com; renata@dlch.ufrpe.br

Radical amante é este leitor que nos apresenta Quintana: ele quer o poema e o silêncio, para amar o livro, a leitura e quer conviver devidamente, ou seja, diretamente com o poeta, mediado apenas pela palavra. Esse leitor ideal rejeita crítica, rejeita outros “usos” do poema, até mesmo artísticos, que dirá interpretações! Este leitor não quer teóricos, críticos, estudiosos: como pretende Roland Barthes (em *O Prazer do texto*), apesar de teórico (destaquemos aqui a concessão), o texto é uma textura, artesanalmente tecida pelo autor (em cuja tarefa existe prazer), também sentido, partilhado e recuperado pelo leitor, na aventura da recepção/leitura/fruição.

Começa-se qualquer texto em que se pretenda abordar o objeto literário que não seja trazendo à baila a própria escritura e incorre-se no procedimento esterilizante comum, que tanto contribui justamente para fazer do estudo do texto algo externo à escritura e alheio ao prazer de leitor; simplesmente o fator que deveria ser bastante para o encontro entre professor (suposto leitor com “mais quilometragem”) e os aprendizes, a literatura é uma prática social específica e constituída por um complexo jogo de relações que se constituem em um Sistema Literário.

No Brasil, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido, em um artigo emblematicamente intitulado *O Direito à Literatura*, ressalta a importância de um panorama social e histórico nos estudos da literatura, já que essa “aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (1995, p. 242). Assim, todo homem está imerso de alguma forma no mundo ficcional, de fabulação ou devaneio, como uma necessidade universal.

Voltemos uns passos, é preciso salientar que Antonio Candido é um historiador e crítico literário, mas daqueles que se forjaram em tempos de menor mediação das ditas “informações” e de uma construção de subjetividades e sentidos mais pautada no hábito da leitura poética e ficcional. Assim, de tanto mergulhar no rio das letras literárias, converteu-se em “profissional da leitura”, digamos...

Ainda seguindo o pensamento de Candido (1995, p. 242), a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade,

inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente”. Para o crítico, a literatura possui, então, uma função humanizadora e/ou alienadora que lhe permite ser um poderoso instrumento de educação e instrução.

Essa afirmação de Candido justifica o fato de a literatura ser, em certos momentos, controlada por uma elite que detém o poder, pois a literatura intrinsecamente, como toda expressão artística, invoca um papel político que contribui para a formação de um leitor crítico e provoca reflexão e questionamento do discurso ideologicamente dominante. Em uma imagem: literatura, arte são vírus, para os quais não há vacina: são fortemente contagiosos e mutantes; para que não se encarcerem facilmente nem se esgotem em fórmulas.

Por essa razão bastante, invoca-se aqui o prazer, como escudo de combate à abordagem da literatura (no ensino ou na teorização/crítica) a que aludimos no título pela referência à Medusa, que na mitologia grega era o monstro do sexo feminino capaz de petrificar aqueles que para ela olhassem diretamente. Até que o herói Perseu, engenhosamente, conseguiu decapitá-la, usando um espelho para poder enfrentar a inimiga sem mirá-la de modo direto. Do sangue da cabeça dessa criatura monstruosa decapitada, que estava grávida do deus Posêidon, nascem dois seres: o gigante Crisaor, monstro, e Pégaso, o cavalo alado, que é símbolo da imaginação poética criadora, do espírito em movimento. Ou seja, que o literário aqui seja fonte de prazer, de saber e, nunca, de um suposto conhecimento encastelado, petrificado e petrificante...

Função inescapável, pois, do professor, como aquele a quem cabe a tarefa de vetor de contaminação do vírus literário entre seus alunos, é a de leitor apaixonado que consegue seduzir os estudantes a se aventurarem na leitura, na experiência de mergulhar nos textos, de aceitar o desafio de percorrer páginas, às vezes, estranhas e incômodas nos primeiros momentos. Toda arte traz em si o germe da desestabilização, do experimento: como um terreno de leis próprias, às quais é preciso se habituar pelo tato; pelo risco de adentrar um labirinto do qual não se sabe o mapa, obviamente.

O prazer e o gozo da leitura (para lembrarmos Barthes) vêm do embate com a dicção própria de cada escritor; com a compreensão da lógica interna de cada obra; com a aceitação da multiplicidade de aproximações e percepções possíveis àquele “objeto fluido” de linguagem, que ao nos iludir (o “trompe-l’oeil”, o quebra-cabeças), nos lança em uma queda dentro de nós mesmos, como personagens, como cúmplices do autor, como *voyeurs*. Mergulhando na fantasia, na obsessão, nas areias movediças, nas perversões do autor, o leitor vai se desnudando frente ao espelho: signo por si só tão caro ao mundo da literatura.

Vou pensando, escrevendo, me vendo leitora e me vêm, então, palavras bordadas do João, aquele Guimarães Rosa, e a estória da vaquinha pitanga, a vaca-vitória, aquela que “seguia certa; por amor, não por acaso.” Como fazem eco essas palavras, nesse caso da vaquinha que empreende dura fuga de viagem “riobalda” pra rever seus pastos e conduzir seu vaqueiro-pastor a semelhante destino, de sentimento afeito e reconhecido, de encontrar moça de amar, dona da vaquinha; afinal, que neste ler se (re)aprende o esquecido: “No mundo nem há parvoíces: o mel do maravilhoso, vindo a tais horas de estórias, o anel dos maravilhados. Amavam-se.” Isso é aventura minha nas “terceiras margens” do conto intitulado Sequência, parte do livro *Primeiras Estórias*, e minha própria sintaxe e vocabulação se imiscuem no falar roseano... Voltemos a alternar a discussão com um mais ordenado discurso.

Se trouxermos à discussão a opinião de Lajolo e Zilberman (em *A Leitura Rarefeita*: 1991), veremos que há dois aspectos fundamentais da literatura que a tornam significativa em seu contexto de produção e recepção (que podem coincidir ou não): primeiro porque representa a sociedade, ao tematizar seu processo de produção estética (interna à obra); segundo, porque o texto se abre para um contexto cultural diverso inserido na produção da obra (externa à mesma). Logo, a relação externa da obra com a sociedade e com o contexto, abre possibilidades para uma reflexão em relação às propriedades que interferem e formatam a concepção de literatura.

O modo como se concebe literatura muda segundo várias variáveis: o momento histórico, as correntes de pensamento vigentes da época, o grupo a que pertence o público-leitor, entre tantas. Nomear a poesia e as produções artísticas em geral de *literatura*, por exemplo, é uma prática recente. A denominação literatura originou-se da palavra latina [*littera*], que significava toda escritura, erudição e conhecimento das letras. E bem se pode afirmar que os critérios de o que se considerava literatura sempre padeceram de viés ideológico e, em mares mercadológicos, viés econômico e de classe:

Os critérios do que se considerava literatura eram, em outras palavras, francamente ideológicos: os escritos que encerravam os valores e “gostos” de uma determinada classe social eram considerados literatura, ao passo que uma balada cantada nas ruas, um romance popular, e talvez até mesmo o drama, não o eram. Nessa conjuntura histórica, portanto, o “conteúdo de valor” do conceito de literatura era razoavelmente auto-evidente (EAGLETON, 1997, p. 23).

Então, por estar relacionado com a forma escrita, todo tipo de material impresso, fosse ele filosófico, histórico ou científico, era tido como literário. Nasceram, portanto, legítimos questionamentos sobre a verdadeira especificidade da literatura. Assim sendo, pareceu imperativo que a teoria da literatura, a crítica e a historiografia desenvolvessem suas técnicas e abordagens como uma ‘prática científica no campo das ciências humanas’. Diversas correntes de teoria e crítica literária elaboraram conceitos e investigaram o texto literário, considerando os possíveis elementos internos constituintes da obra.

Saberes necessários? Importantes, sim, no entanto, como instrumental de aproximação ao texto literário, conferindo-lhe seu espaço singular e sua especificidade. Porém, deve-se ter em mente que os discursos teóricos, críticos ou historiográficos nunca podem sobrepujar a leitura do próprio objeto literário, sob pena de se caírem em

discursos de especialistas que mais estereotipam ou esvaziam a mais legítima forma de acesso ao literário: a fruição, a experiência de se deixar contagiar pela escritura.

Vale a pena abrir parênteses para o prólogo do professor e estudioso de literatura búlgaro Tzvetan Todorov (nome que talvez dispense apresentações), em seu livro *A Literatura em Perigo*: “Por mais longe que remontem minhas lembranças, sempre me vejo cercado de livros. Meu pai e minha mãe viviam às voltas com o planejamento de novas estantes para absorver todos os novos volumes.” (2009: 15) E a narrativa segue com o testemunho de que, tão logo aprende a ler, passa a devorar textos e a venerar a literatura durante “primário e ginásio”: “eu podia satisfazer minha curiosidade, viver aventuras, experimentar temores e alegrias, sem me submeter às frustrações que espreitavam minhas relações com os garotos e garotas da minha idade e do meu meio social.” (2009: 16) O desfecho é que, declara-nos ele, “sem hesitação”, ao final do ensino médio escolhe estudar Letras, pois sua profissão seria “falar de livros”.

No ofício da docência, então, além de leitor apaixonado (premissa indispensável), há que se desempenhar o papel de vetor de contaminação desse vírus da curiosidade, do apreço pela leitura e pela pesquisa, pois só no processo de envolvimento efetivo (e afetivo) do estudante-antes-de-tudo-leitor com o desejo de saber é que se produz a construção do conhecimento e de um olhar que, de fato, consegue ser pesquisador: tocado pela capacidade de questionar verdades estabelecidas e capaz de não, apenas, aceitar o que “enuncia o mestre” e, sim, de “fazer maiores perguntas” (volto novamente aos ensinamentos do meu mestre Guimarães Rosa).

Para tanto, exige-se um pacto nem sempre fácil de estabelecer; afinal, precisam ser “protagonistas” e aprendizes constantes ambas as partes: quando o professor se permite compreender que é o “maestro” da orquestra de estudantes, mas que em tal orquestra há diversos solistas, com suas peculiaridades. Além disso, é preciso considerar o processo e percurso individual de cada um neste mergulho na tarefa de querer construir o saber como cúmplices (professor e cada aluno; professor e coletivo de alunos e alunos entre eles mesmos).

Pautando-se em tal concepção, deve-se ter a sala de aula, portanto, como um espaço de trocas e de experimentação; o que também pautará o acompanhamento da formação do estudante (e da contínua atuação autocrítica do docente), no sentido de as outras atividades e os outros interesses de ambas as partes terem importância no espaço de diálogo (atividades e interesses fora do âmbito imediato da escola/universidade). A ética e a cidadania precisam, também, ser pilares e objetivos nessa relação (para que a formação de fato seja integral e se reflita na sociedade).

E, por último, mas de modo algum menos importante, dessa forma pode-se por em prática uma avaliação que se construa processualmente (no contrato de confiança e cumplicidade) e reflita as “ambições” (sim, é preciso ousar, expor-se como modelo, professor e desafiador) de uma educação que possa encantar os aprendizes e incitar as mudanças sociais com que se sonha.

Assim, se a pretensão é de partir da própria experiência de leitura literária, priorizando a formação do aluno-leitor, um elemento fundamental no processo de avaliação é que a escrita do aluno possa transmitir sua “contaminação” pela linguagem do autor lido, desde incorporando menos “fôrmas” do discurso acadêmico até propondo formas mais livres de teorização, crítica ou testemunho de leitura.

Claro, para longe de um puro texto “impressionista”, pensa-se o fenômeno literário no que aqui denominamos sua “dupla inserção no tempo”, ou seja: 1. Como fruto da criação de um autor que está inserido em seu tempo de vida e produção (logo, contextualizado histórica, ideológica, estética e socialmente; mesmo que este autor seja visto como transgressor ou inovador, sua escrita dialoga com a sociedade em que o texto é gestado) e 2. Como um objeto artístico da língua escrita (que incorpora aspectos da coloquialidade, da língua oral) que é atemporal, na medida em que cada leitura “atualiza” a obra e a repõe em circulação.

Logo, pretende-se que o aluno-leitor-produtor de texto e de juízo de valor sobre o literário inclua em sua formação leituras teóricas, críticas, históricas, filosóficas ou de quaisquer outras áreas de saber que apoiem sua abordagem ao texto literário, mas sempre

como ferramentas secundárias, eleitas após a leitura e releitura do texto literário, considerando-se os limites de interpretação/experiência de leitura estabelecidos pela própria obra; o que requer visão crítica, intimidade com a obra e o conjunto de produção do autor estudado, além de um trabalho de escrita e reescrita do texto crítico resultante da leitura literária.

Advoga-se, aqui, deliberadamente a favor de uma certa utopia (necessária), mas com pés no charco paupável do poético, da imaginação que só a arte permite devidamente alimentar. Claro que em áreas técnicas (e no campo do estudo da literatura há também especificidades e requisições de dedicação, para que se chegue a um conhecimento sólido) existem exigências de natureza disciplinar e de “solo árido”, mas o semeador devidamente contaminado pelo *páthos* (“paixão”, do grego) vence as agruras e os obstáculos da aprendizagem, porque movido pelo afeto, pelo encanto.

Com o escritor tcheco Franz Kafka (ele próprio um *subversivo*, que transgrediu a ordem estabelecida e criou uma escritura mais que pessoal), aqui fazemos coro: “Nenhuma lógica é capaz de impedir o homem que quer viver”. Construir o olhar dissonante e arguto no aprendiz é garantir um substrato humano de melhor qualidade, de fato, humanizado e capaz de (re)inventar-se e propor soluções aos desafios que a vida (profissional e pessoal) apresenta.

Como nos ensina o poeta e estudioso da literatura Carlos Nejar: “num plano geral, o conhecimento é autobiográfico, sendo, como o somos, conduzido a uma adaptação ao mundo interior e exterior” (2007, p.13). A escrita literária e os que a fazem são fonte por excelência para esse percurso de sermos nós mesmos, com real conhecimento de causa, com o exercício da vocação transcendendo o puro cumprimento de uma atividade de trabalho e exercendo nossa humanidade, nossos saberes e nossas habilidades a serviço de uma melhor existência.

Ainda no dizer de outro fundamental pensador do literário, do ensino e da memória da arte escrita (cujas palavras invocamos já no início deste texto), Antonio Cândido: “a literatura é o sonho desperto das civilizações”, ao ponto de não ser possível o

equilíbrio social sem ela. Afinal, na literatura está o legado do homem, o germe capaz de despertar nele a consciência crítica, de fazê-lo exorcizar demônios, violências e pulsões (sem que as neuroses e patologias venham à tona, pois nos ensina a sonhar, a imaginar, a conhecer o sublime e o abjeto e a nossa própria linguagem (pela qual, em última instância, nos construímos). Na arte se faz o que se deseja e não se pode fazer na vida: a catarse de que tanto nos lembram os gregos...

Na cultura (e os livros e a arte escrita são os guardiões maiores dela) está o testemunho da humanidade e de todas as culturas. Por isso, mais uma vez repetimos: em nosso campo específico (privilegiado pela sua própria natureza; embora tantas vezes relegado a planos inferiores) está uma potencial chave formadora do homem humanizado (por mais tautológico que pareça) que desejamos. Aliás, trata-se de uma ferramenta que congrega em si o caráter de “encruzilhada de saberes”, logo, pode-se fazer do texto literário a entrada para a multidisciplinaridade tão buscada e para uma construção de sociedade e de processo educativo com estudantes-leitores-protagonistas (e que aprendem além e para além das salas de aula).

Que as aulas de literatura sejam aulas de educação da sensibilidade, do olhar, da leitura de mundo. Que se experimente nesses momentos o diálogo entre leitores apaixonados que se “desanestesiem das emoções prêt-à-porter da cultura fast-food”. É, pois, a hierarquia que estabelece a primazia ao próprio texto literário o que buscamos. Inclusive, ele próprio sopra ao leitor atento e apaixonado os caminhos de acesso à decifração de seus enigmas (os do próprio texto e os do próprio leitor, deve-se frisar).

Referências:

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

_____. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **A leitura rarefeita**: Livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOISÉS, M. **A Criação Literária**: Introdução à Problemática da Literatura. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da carta de Pero Vaz de Caminha à contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Flores da escrivantina**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

QUINTANA, Mário. **A Vaca e o hipogrifo**. São Paulo: Globo, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.